



Sindijus-PR prepara sorteio para Sede Litoral Página 6

Falta de diálogo do TJ com servidores aumenta problemas no Foro Judicial

■ Categoria quer ser ouvida pelo presidente do Tribunal de Justiça

Páginas 2 e 4



■ Em estado de alerta, servidores aprovaram mobilizações

Na última semana de maio aconteceram as Assembleias Ordinária e Extraordinária do Sindijus-PR. Na primeira a categoria aprovou a prestação de contas de 2012. Os dados foram apresentados pelo secretário de Administração e Finanças, Mário Cândido de Oliveira.

Mário esclareceu sobre as contas e explicou como foram elaborados os demonstrativos. Disse que o Conselho Fiscal, composto por cinco filiados, eleitos pela categoria fiscalizou a vida financeira do Sindicato e emitiu seu parecer. “O

Conselho Fiscal fez o parecer sobre as contas recomendando a sua aprovação”, completou.

Após apresentação, sem questionamentos, foi posto em votação e aprovado por maioria, com quatro abstenções e um voto contrário.

Em seguida iniciou a discussão sobre o Plano de Luta e Ação Sindical para este ano (2013). Após a exposição, o coordenador-geral colocou em votação que foram aprovados por unanimidade.

Página 4

JUSTIÇA
Sindicato entra com ações judiciais em agosto

Página 3

Assédio Moral
preocupa o Sindijus-PR

Página 8

Colegiada define ações e mobilizações dos servidores



Página 4

EDITORIAL

Falta de diálogo com TJ faz problemas se acumularem



O atual presidente do Tribunal de Justiça surpreendeu a categoria quando, em um de seus primeiros atos, atendeu ao pedido do Sindijus-PR e determinou a isonomia de tratamento (igualdade) no pagamento do auxílio-alimentação entre servidores e magistrados. A atitude deixou a categoria bastante esperançosa. Porém, com aproximadamente 120 dias de gestão, o chefe do poder ainda não recebeu os representantes da categoria.

Pode-se dizer que no período atendeu outros pontos da pauta de reivindicações, como por exemplo, a regulamentação das relotações e o acesso dos aposentados à folha de pagamento pela internet. Esses servidores recebiam, depois de muito tempo, seus contracheques pelo correio, e a nova

medida facilita o acesso dos aposentados às informações pelo site do TJ.

Outro ponto positivo da atual administração tem sido o esforço para corrigir as distorções salariais na secretaria do Tribunal, por meio da concessão da VPNI para servidores dos quadros da secretaria que não tinham sido beneficiados pela lei 16.748/2011, bem como a posterior incorporação de parte da gratificação aos vencimentos.

Avanços que não podem deixar de ser mencionados. Porém, enquanto isso, o primeiro grau, que é a porta de entrada do Judiciário, continua com defasagem de servidores, deficiência nas instalações e equipamentos, com carência até de magistrados em algumas comarcas.

O primeiro grau quer ser ouvido. Por essas e outras ra-

zões, o Sindijus-PR vem insistindo para que seja marcada uma audiência com o presidente Clayton Camargo para que possamos ser ouvidos, e também ouvirmos do chefe do Poder o que pretende fazer em relação ao primeiro grau.

Voltando a questão da VPNI, que o Sindicato sempre defendeu que deveria ser extensiva a todos os servidores da Secretaria, e que a vantagem deveria ser incorporada aos vencimentos, com regras claras, para que aqueles que vierem a se aposentar não tenham redução de vencimentos, também é clara e firme a posição do Sindijus-PR em defender que a VPNI seja deferida pelo chefe do Poder em benefício do primeiro grau ou foro judicial, pois estes servidores além dos problemas já mencionados, sentem-se esquecidos, angustiados, sem expectativa, com cargos em extinção.

Agora ainda contemplam os colegas do 2º grau recebendo incorporação de mais de 20% em seus salários referentes à VPNI. Houve alteração na tabela de vencimentos, todos esperam que a Justiça seja feita na casa da Justiça.

cartas



PARABÉNS

Sindijus parabenizo pelo empenho e luta em prol dos pensionistas, qualquer coisa estamos com vocês, já é tempo de termos o pagamento da nossa URV.

D.B.D.

PARABÉNS I

Gostaria de parabenizar o Sindijus pelas vitórias obtidas, pelo esforço diário e ininterrupto para melhorar a vida dos servidores. Recebo sempre o Boletim, o qual me mantém informada de tudo que se passa no Judiciário, o que considero bastante importante, pois venho de me aposentar e assim consigo acompanhar o excelente trabalho e dedicação de nosso sindicato. Obrigada.

T.K.

MANIFESTO

Vamos acreditar e esperar mais um pouco. Depois de ler no site, fiquei esperançosa, sobre os precatórios. A novela interminável. Acredito que depois de muitos anos tratemos com mais cuidado, pagando o restante que nos devem. Espero receber ainda com vida. Que canseira! Porém quando?

D.M.O.

DÚVIDA

Acabei de ler que o Órgão Especial aprovou a nova resolução sobre o plantão. Em minha opinião conseguiram piorar. Como sempre não se falou em remuneração, horas extras, o que realmente interessa a nós servidores. Está dito também que teve um "grupo de trabalho" que analisou as "sugestões" apresentadas pelos "interessados", quais interessados? Nós servidores fomos ouvidos? O Sindicato foi ouvido?

J.B.T.

RESPOSTA

Você tem completa razão quando avalia que os servidores e seus representantes deveriam ser ouvidos na elaboração das regras do Plantão. Aprovação do novo sistema traz como imperativo a necessidade de expressarmos e cobrarmos o pagamento pelo serviço extraordinário, bem como maior estrutura física e humana a fim de evitar a sobrecarga. Esse assunto foi debatido na 16ª Plenária e na Assembleia avaliamos. Entraremos com ação a respeito e esperamos o resultado do andamento das tentativas de negociações com o TJ.

Direção Sindijus-PR

As cartas não refletem a opinião do Jornal.

consciência
& Luta

GESTÃO JUNTOS - PRA CONQUISTAR AINDA MAIS.

ORGÃO INFORMATIVO DO SINDIJUS-PR - SINDICATO DOS
SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
Sede: Rua David Geronasso, 227 - Boa Vista CEP 82540-150 - Curitiba-PR
Fone: (41) 3075-5555 - Fax: (41) 3075-6702
As cartas podem ser enviadas para conscienciaeluta@sindijuspr.org.br

www.sindijuspr.org.br

SISTEMA DIRETIVO
Conselho Executivo
coordenador-geral: José Roberto Pereira; secretário-geral: André de Souza Vieira; Ademir Aparecida Pinto; Airton Dias de Oliveira; Clóvis Menger; David Machado; Esio Luis Rasch; Luciana Brasil; Mário Cândido de Oliveira e Rosanna Brunow Ventura.
Conselho Deliberativo
Adivaldo Rosa; Aires Francisco Dias; Alan C. Martinez; Aldo Bonato; Altamir B. da Costa; Amauri da Silva Fernandes; André Guilherme de Freitas; André Regina F. da Silva; Angelo José Sasso; Antonio Marcos Pacheco; Antonio Rubens Primão; Aquilino Anselmo de Assis; Carlito Pinheiro de Azevedo; Daleniffer Cherini; Dirce Leni da Rosa; Edson Fernando da Silva; Edson Luiz Futero; Eduardo Bittencourt de Paula; Hamilton dos Santos Oliveira; Hassan Pacarati; Itacir Antunes dos Santos; Jacqueline Arnhold da Silva; Jacqueline Teles de Padua; Jair Zoculoto; João Batista de Souza; João Guedes da Silva; João Ricardo Bento; Jorge A. Modesto Pereira; José Douglas Martins; Josevaldo Moreira Alves; Juraci R. de Moraes; Jurandir Moreira Vilas Boss Junior; Lucinei Luiz Guimarães; Luiz Antonio Zeni Trevisan; Luiz Carlos Knapiuk; Luiz Carlos Lopes; Luiza Narduci Pereira; Marcel Reis Pires; Marcello de Oliveira; Marco Antonio Cremonese; Marcos Jackson Severino; Maria Dulcineia F. G. Del Rio; Maria Emilia Martins; Maria Madalena

de Oliveira; Maria Elena Machado de Paula; Mary Claudia Helka Dubieli; Neli Maria Felix; Orlando André Santos; Osmar Lopes da Silva Filho; Paulo Paulino Rodrigues; Pedro de Paula Ferreira; Pierina Libera Demartini; Renato Brito Ferreira; Rui Artur de Aguiar; Sidnei Barbieri; Silvana Claudia Barreiro; Tiago Rossi Valicente; Vaner Galli; Wilson A. Pietro Gomez e Zuleide Marques dos Santos.

Conselho Fiscal
Dario A. da Costa; Geremias Moraes Wos; João Correia Damásio; Noeli de Borba Schardosin e Paulino Maciel.

Editor Responsável (fotos, diagramação e edição)
Gustavo Henrique Vidal - jornalista profissional diplomado - Mtb 5928-PR
Pâmela Mendes Leony - jornalista profissional diplomada - MTb 5480-PR

Ilustrações
Simon Taylor

Impressão
Jornal do Estado/Tiragem 5.500

Edição final às 18h30 do dia 14 de junho de 2013.

VEJA na matéria quais serão os processos movidos pelo Sindicato

Sindijus-PR entra com ações judiciais a partir de agosto

A partir de agosto de 2013, o Sindijus-PR ajuizará quatro novas ações para requerer vantagens para os servidores do Poder Judiciário já que os pedidos foram negados administrativamente.

Todos os servidores interessados em fazer parte das medidas judiciais devem tomar as seguintes providências. Nas ações coletivas, o Sindijus-PR junta o rol de substituídos (filiais), portanto, os interessados deverão realizar sua filiação ao Sindicato até 9 de agosto de 2013, para que possam integrar as ações, bem como encaminhar os documentos, caso solicitados para ações específicas.

URV RETROATIVA PARA OS PENSIONISTAS

Até hoje os pensionistas não receberam os retroativos da URV, pois a Paranaprevidência alega que quem deve pagar é o Tribunal de Justiça que por sua vez, alega que a responsabilidade é do órgão previdenciário.

Para o Sindicato não interessa a discussão, pois quem deve é o Estado do Paraná e proporá ação em face dele e da Paranaprevidência até agora não terem efetivado o pagamento dos valores devidos. De qual orçamento sairá o valor é objeto da execução. Os pensionistas que quiserem integrar a ação coletiva deverão se filiar ao sindicato até 09 de agosto de 2013.

EQUIPARAÇÃO DE ESCRIVÃES DO CÍVEL, PARTIDORES, CONTADORES E DISTRIBUIDORES

Os escrivães do cível, partidores, contadores e distribuidores aposentados, até fevereiro de 2011 mantinham simetria de carreira com os servidores do Foro Judicial.

Ocorre que com a lei 16748/2010, que entrou em vigor em fevereiro de 2011, esses aposentados foram excluídos do enquadramento sob o argumento que ficaram vinculados à Lei 11719/1997.

Com o objetivo de restabelecer essa simetria é que o sindicato proporá ação.

Os interessados deverão se filiar ao sindicato até 9 de agosto de 2013.



Directores discutem as medidas judiciais com os advogados

MOTORISTAS DO SAIJ

Os motoristas do SAIJ que recebiam o risco de vida até fevereiro de 2011 o tiveram suprimido sem inclusão em seus vencimentos, portanto, tiveram redução salarial.

Quando da aplicação da Lei 16748/2010 parte dos servidores tiveram vantagens transformadas em vencimento base e apenas 30% das verbas ficaram como VPNI. Ao contrário, os motoristas tiveram todo o valor transformado em VPNI com todas as repercussões na carreira, adicionais por tempo de serviço, dedução de aumentos reais até que se extinga a totalidade da VPNI. O que se requer é o restabelecimento da isonomia. Outros servidores também tiveram esse prejuízo mas recentemente tiveram restabelecido o direito com aumento da VPNI. O objetivo da ação é restabelecer o direito.

TIDE - TRANSFORMAÇÃO EM VPNI E INCORPORAÇÃO AO VENCIMENTO

Em 2010 foi concedida a gratificação denominada TIDE para servidores da Secretaria do TJPR, no entanto, não foi concedida para os demais servidores.

Em 2011, pela lei 16748/2010, foi criada a VPNI – Vantagem Pessoal Nominalmen-

te Identificada com o intuito de preservar a irredutibilidade de vencimentos. A mesma lei previu que todo aumento real concedido para servidores seria deduzido do valor da VPNI, portanto, toda vez que houver um aumento real haverá redução na VPNI, e assim, os servidores que têm VPNI somente terão aumento real quando ela se extinguir integralmente.

Em 2012 e 2013, parte dos servidores beneficiados pela VPNI receberam aumentos em seus vencimentos reduzindo a VPNI, portanto, houve uma incorporação da vantagem ao vencimento base.

Em 2010 o sindicato defendeu que a gratificação da TIDE deveria ser concedida a todos os servidores pois ela representou aumento da remuneração e não compensação pela dedução exclusiva.

O Sindicato sempre insistiu na incorporação integral da VPNI ao vencimento base de cada servidor mas o pedido sempre foi negado.

O Sindicato considera discriminação e requererá na justiça igualdade de tratamento para todos os servidores.

Os servidores que quiserem integrar a ação coletiva deverão se sindicalizar até 09 de agosto de 2013.

TÉCNICOS NA FUNÇÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA

Os técnicos designados para a função de Oficial de Justiça recebem uma indenização de transporte, que até abril deste ano era de 72%, conforme previsão na lei 16023/08 e demais regulamentações posteriores. Ocorre que, recentemente estes servidores foram surpreendidos pela redução da indenização para 68%, enquanto que as despesas para o exercício da função continuam crescendo.

O Sindicato não concorda com isso, e está protocolando hoje um pedido administrativo para que seja mantida a indenização no mesmo porcentual. Além dessa medida, o Sindijus-PR está convocando todos os técnicos judiciários na função de Oficial de Justiça, filiados ou não ao Sindicato, para comparecerem na sede da entidade, à rua David Geronasso, 227, Boa Vista, Curitiba-PR no dia 22 de junho, sábado, a partir das 9 horas da manhã para discutirmos juntos a situação desses servidores. Participará do evento o advogado Ludimar Rafanhim.

PLANTÃO JUDICIÁRIO

Recente determinação da Administração do TJ estabeleceu o Plantão Judiciário, sem qualquer contrapartida aos servidores designados para a tarefa. A jornada de trabalho dos servidores é de 40 horas semanais, porém a remuneração é por 35 horas semanais. O Sindicato não concorda com o regime de plantão sem a devida remuneração e ainda, tem que ser levada em consideração a situação de algumas comarcas do Estado que não possuem efetivo de pessoal suficiente para trabalhar uma escala de plantonistas. Já requeremos providências à Administração ainda sem resposta, vamos tentar buscar maiores informações e além disso, estaremos buscando que se reconheça judicialmente o direito dos servidores a remuneração pelas atividades laborais fora do horário normal de trabalho.

Em estado de alerta, servidores aprovam mobilizações

Categoria quer reunião com o presidente do TJ para negociar as reivindicações

Na última semana de maio aconteceram as Assembleias Ordinária e Extraordinária do Sindijus-PR. Na primeira a categoria aprovou a prestação de contas de 2012. Os dados foram apresentados pelo secretário de Administração e Finanças, Mário Cândido de Oliveira.

Mário esclareceu sobre as contas e explicou como foram elaborados os demonstrativos. Disse que o Conselho Fiscal, composto por cinco filiados, eleitos pela categoria fiscalizou a vida financeira do Sindicato e emitiu seu parecer. “O Conselho Fiscal fez o parecer sobre as contas recomendando a sua aprovação”, completou.

Após apresentação, sem questionamentos, foi posto em votação e aprovado por maioria, com quatro abstenções e um voto contrário.

Em seguida iniciou a discussão sobre o Plano de Luta e Ação Sindical para este ano (2013). Após a exposição, o coordenador-geral colocou em votação que foram aprovados por unanimidade.

Encerrada a Assembleia Ordinária com aprovação dos itens de pauta, imediatamente foi aberta a Assembleia Extraordinária.

ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

Nessa oportunidade a mesa foi composta pelos diretores José Roberto, David Machado, Mário Cândido e André Vieira. Os servidores tomaram conhecimento dos contatos com o Tribunal de Justiça.

Desde a posse do novo presidente, o Sindijus-PR aguarda uma agenda direta com o desembargador Clayton Camargo. Relembrando, Mário disse que “no dia 21 de maio, havia sido agendada uma

audiência com o Chefe do Poder. Em virtude da solenidade de posse de novos desembargadores no TJ, o Sindijus-PR foi recebido pelo juiz auxiliar da presidência, Fernando Prazeres, que representou o presidente Clayton Camargo”.

Para José Roberto “não foi o encontro que esperávamos, mas foi o primeiro contato com a nova administração do TJ. Solicitamos uma audiência com o Presidente, e ainda que fosse nomeado um interlocutor para tratar das questões que envolvem os problemas com a categoria”. O magistrado afirmou que vai levar as questões ao presidente Clayton Camargo e que em seguida mantém contato com a direção do Sindicato.

Segundo André, secretário geral do Sindicato, no item sobre o plantão judiciário, o magistrado afirmou que a questão foi contornada com uma circular interna da Corregedoria e garantiu que estudos estão em andamento para definir critérios para a relocação, que se encontra suspensa, mas uma solução será apresentada logo. Sobre a relocação já foi publicado o novo decreto regulamentador sob número 993.

PROPOSTAS APROVADAS

Na Assembleia Extraordinária foram deliberadas e aprovadas as seguintes propostas:

- Reativar a campanha por uma justiça ágil e de qualidade e por isso tem que passar pela valorização do servidor com melhora da estrutura.
- Deflagração de uma campanha estadual para que a categoria seja ouvida pelo presidente do TJ;
- Que todos os servidores devem se manter mobilizados pela conquista da pauta de reivindicações.



■ Servidores aprovaram mobilizações

DIRETORIA COLEGIADA DEFINE AÇÕES E MOBILIZAÇÕES PARA 2013

No dia 29 de maio, a Diretoria Colegiada do Sindijus-PR discutiu uma série de ações que serão colocadas em prática junto à categoria neste ano. Os diretores avaliaram as sugestões de materiais enviadas pela Interlig (agência de propaganda contratada pelo Sindicato, que realizou a pesquisa junto com os servidores) e apontaram alterações, pois pretendem sensibilizar todos os servidores para que participem das mobilizações.

Entre as preocupações da direção do Sindijus-PR está a falta de estrutura nos locais de trabalho, principalmente no primeiro grau, onde há falta de servidores e número crescente de trabalho. Segundo o diretor David Machado, a situação tem levado muitos servidores a se afastarem do trabalho em virtude de doença.

David, que tem visitado comarcas de entrância inicial, diz que a falta de servidores, principalmente oficiais de justiça, é gritante e isso tem causado depressão nos servidores, pois não veem saída para a situação que cada dia se agrava mais. “Assim, as campanhas servirão para mobilizar a categoria e sensibilizar a administração do Tribunal para que nossas reivindicações sejam atendidas”, conclui.

A colegiada ainda indicou o nome do coordenador-geral José Roberto Pereira para integrar a Comissão de Orçamento do Tribunal de Justiça, conforme recomenda a Resolução 70 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O diretor Mário Cândido foi indicado como suplente. O Tribunal encaminhou no final do mês de maio um ofício ao Sindicato solicitando a presença de um representante dos servidores na comissão.

A direção ainda deliberou sobre questões administrativas do Sindijus-PR para melhorar, ainda mais, o atendimento aos servidores.

Pâmela Mendes Leony

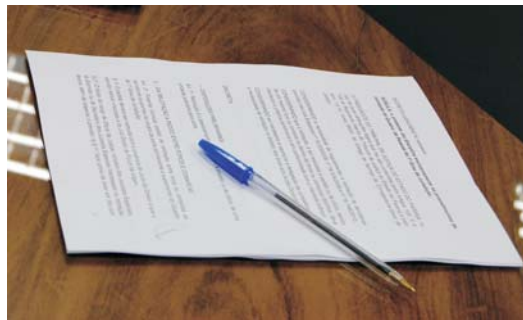
REGULARIZAÇÃO do pedido feito pelo Sindijus-PR

Decreto normaliza servidores que estão no procedimento de Relotação

Em 2011, o Sindijus-PR participou de uma comissão criada pelo Tribunal de Justiça (TJ) para regularizar a questão no que se refere às relotações. A comissão desenvolveu uma minuta que foi entregue ao então presidente Miguel Kfourri.

Finalmente, depois de quase 2 anos de espera, com constantes cobranças do Sindijus-PR para que a situação dos servidores que estavam requerendo relotação, permuta ou que estão a disposição fosse regularizada, o presidente do TJ, Clayton Camargo, através do Decreto nº 993 considerou que a relotação, deve ser realizada a pedido ou de ofício, dentro de uma mesma comarca ou dentro de foros ou comarcas distintos, obedecendo critérios, de uma unidade judiciária para outra.

O Decreto ressalta que, no



caso de concurso válido com aprovados e dentro do número de vagas previsto no Edital, somente será admitida a relotação para as vagas que excedam a este número, de modo a não causar prejuízo aos candidatos classificados em concurso público vigente.

Poderão formular pedido de relotação entre unidades judiciárias os titulares dos cargos de Oficial de Justiça e Técnico de Secretaria da parte su-

plementar e os titulares dos cargos de Analista Judiciário (Especialidades Judiciária, Serviço Social ou Psicologia) e de Técnico Judiciário da parte permanente do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição.

O coordenador-geral do Sindijus-PR, José Roberto, disse que isso é o resultado de muitos anos de trabalho e que foi positivo, apesar da demora para normalizar a condição dos servidores.

aconteceu



■ SERVIDORES DE FOZ QUEREM PLANO DE CARREIRA

O Sindijus-PR esteve conversando com os servidores da região de Foz do Iguaçu. A reunião contou com a participação de cerca de 70 servidores. Os trabalhadores reafirmaram que continuam mobilizados na luta pelo Plano de Carreira. José Roberto lembrou aos presentes que o projeto está pronto e que foi aprovado pela comissão no ano passado.

Os servidores também deixaram claro que a valorização do 1º Grau é fundamental. "Novamente o elemento humano foi deixado de lado. Faltam servidores, falta estrutura interna para uma melhor prestação de serviço, falta expectativa para os servidores", completou o coordenador-geral.

■ STF SUSPENDE MANDADO DE SEGURANÇA DO SINDIJUS-PR

No ano passado, o Sindijus-PR entrou com um mandado de segurança para impedir a exposição dos nomes dos servidores junto à divulgação dos salários - Portal de Transparência no Tribunal de Justiça. E o desembargador Campos Marques, concedeu liminar. Entretanto, no dia 23 de maio, o Sindijus-PR foi informado que ocorreu um despacho do relator do TJ - processo nº 0944923-4/02 Agravo Regimental Cível, protocolo 350938/2012 - suspendendo a liminar.

Despacho: "Tendo em vista a concessão de liminar nos autos da Medida Cautelar na Reclamação nº 15.350, em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, a qual suspendeu até o julgamento do mérito daquela, o andamento do presente Mandado de Segurança, bem como os efeitos do ato decisório de fls.152/6, cumpra-se a decisão do Relator Min. Ricardo Lewandowski, cuja cópia ora se junta aos autos. Comunique-se, com cópia, à Presidência deste Tribunal de Justiça. Intimem-se. Curitiba, 09 de maio de 2013. Des. Miguel Pessoa - Relator".

Para o Sindijus-PR o direito a intimidade é uma garantia constitucional e deve ser respeitado sob pena de expor o servidor a situações de perigo. Segundo o coordenador-geral, José Roberto, o Sindicato se reunirá com Assessoria Jurídica para verificar que tramite seguir.

■ TIJUP SERÁ BIANUAL

A Direção do Sindijus-PR definiu que o Torneio Interjudiciário do Paraná (TIJUP), continuará com seu calendário normal, ou seja, realizado de dois em dois anos. A justificativa para não realizar o torneio esportivo este ano é embasada nas diversas atividades que o Sindicato realizará durante 2013. Além da plenária e planejamento, já realizados, o Sindijus-PR organizará também um congresso e as atividades dos 25 anos, além de todas as ações e lutas dos servidores pela Pauta de Reivindicações. "Este ano será apertado em relação às datas. Assim, decidimos manter para 2014 o TIJUP, com toda a atenção que a atividade necessita", afirma o diretor Mário Cândido. A possibilidade de uma etapa "extra" em 2013 surgiu após o sucesso do evento no ano passado. "Muitos servidores que estavam no litoral pediram a realização este ano. Servidores que não participaram, mas que acompanharam por notícias, fotos e vídeos, também demonstraram interesse", disse Mário. O diretor reafirma que o prazo curto poderá prejudicar a organização, tanto do torneio como das demais atividades. "Tudo a seu tempo. Ano que vem vamos fazer o maior da história do TIJUP", garante.

REAJUSTE DOS SERVIDORES É SANCIONADO

O Sindijus-PR entrou em contato com a Casa Civil do Governo e foi informado que o reajuste dos servidores em 6,49% foi sancionado no dia 04 de junho. O percentual corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido entre maio de 2012 e abril de 2013. O reajuste é retroativo à data de 1º de maio e atenderá os servidores ativos, inativos e pensionistas.

A Lei 17584/2013 deverá ser publicada no Diário Oficial nos próximos dias.

APROVADO PROJETO DA VPNI

O projeto de lei 634/2012 que incorpora a VPNI para o quadro superior de apoio especializado da Secretaria do Tribunal de Justiça foi aprovado na Assembleia Legislativa e aguarda a finalização - assinaturas dos deputados para ser encaminhado para a sanção do governador.

O projeto proposto foi uma reivindicação do Sindijus-PR que vem requerendo do Tribunal à muito tempo e havia já protocolado um requerimento à Assembleia Legislativa pedindo que o projeto fosse colocado em pauta com urgência neste ano, além de conversar diretamente com deputados.

jogo rápido

ASSEMBLEIA DO PARANÁ AUMENTA OS SALÁRIOS DE PARTE DOS SERVIDORES DO TJ

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou no dia 05 de junho, em terceira discussão, o projeto do Tribunal de Justiça que aumenta o vencimento básico de uma série de carreiras efetivas de nível superior do órgão - entre elas as de contador, engenheiro e médico. O projeto aprovado pelos deputados prevê que, em 2015, a medida vai atingir o custo de R\$ 8,9 milhões anuais aos cofres públicos. Ao justificar o aumento, o Tribunal informa que está dando continuidade à reestruturação de suas carreiras, que, por vários anos, permaneceram com distorções salariais. Aprovada, será encaminhada para à sanção do governador.

SINDICATO DENUNCIA PERSEGUIÇÃO AOS GREVISTAS EM RONDÔNIA

O Sindicato que representa os servidores do Judiciário de Rondônia está denunciando a perseguição do Tribunal de Justiça aos trabalhadores que exercem seu legítimo direito de greve. Um direito previsto constitucionalmente e fortalecido pela Convenção 151 da OIT, da qual o Brasil é signatário. Nas três semanas de greve da categoria, o Tribunal nada fez para tentar negociar com os trabalhadores e optou pelo autoritarismo. Há determinação de que os magistrados verifiquem nas varas e informem à presidência se tem 50% do pessoal trabalhando, além de estar pressionando com o desconto do salário. Frente a este desrespeito, a assessoria jurídica do Sindicato está tomando as providências necessárias junto ao CNJ, para impedir essa atitude do tribunal com objetivo de desmobilizar a categoria. Os trabalhadores buscam 10% de reposição salarial e melhores condições de trabalho. Para o Tribunal de Rondônia, as leis têm dois pesos e duas medidas. Usa as que lhe interessam, e ignora as que beneficiam os trabalhadores, como o artigo 37 da CF, que prevê a reposição salarial anual que o trabalhador tem direito. Diante das irregularidades e da falta de diálogo da presidência com a categoria, os trabalhadores aguardam com grande expectativa a mediação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em relação ao caso da greve em Rondônia.

LIMINAR QUE IMPEDIA O PAGAMENTO RETROATIVO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS JUÍZES É DERRUBADA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) derrubou a liminar que suspendia o pagamento retroativo do auxílio-alimentação a juízes de 8 estados. Ao analisar a liminar, o corregedor, ministro Francisco Falcão, foi contra a ratificação da liminar. Em seu voto, alegou que a questão está amplamente judicializada e que a extensão do pagamento do auxílio à magistratura é alvo de uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e de uma ação cível originária (ACO), em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF).

PRAIA

Sindijus-PR prepara sorteio para o final de ano na Sede Litoral

Estrutura na praia de Guaratuba tem 34 apartamentos à disposição dos servidores filiados



■ Cadastro para o sorteio deve começar em julho

A partir do mês de julho, os servidores que quiserem passar o final de ano na Sede Litoral do Sindijus-PR poderão se inscrever para o sorteio. O Sindicato prepara um cadastro específico no site para organizar as semanas que estarão disponíveis. As datas de início para o cadastro serão divulgadas em breve.

Os períodos serão separados pelas datas de entrada e saída. Assim, os servidores poderão escolher para qual semana pretendem fazer a reserva. As datas de entrada e saída ainda serão definidas pela Direção do Sindijus-PR.

“Queremos oferecer o maior conforto possível para os servidores. Estamos organizando

isso com antecedência para que o Sindicato tenha tempo para preparar toda a sede para garantir esse período de lazer aos seus filiados”, garante José Roberto Pereira, coordenador-geral do Sindijus-PR.

As semanas que não estiverem relacionadas para sorteio estão livres para reservas diretas com o Sindicato, dependendo apenas da disponibilidade de acomodação. O sorteio para o Carnaval 2014 será realizado ainda este ano, após as definições das reservas para Natal e Ano Novo.

Situada há uma quadra da praia, a Sede Litoral conta com 34 apartamentos, espaço para restaurante, piscina e garagem. O complexo tem 1700 m²

de área total e 1300 m² de área construída.

INFORMAÇÕES

A Sede do Litoral não fornece alimentação ou serviço de quarto. O valor da diária é R\$ 50, incluindo o filiado, cônjuge e descendentes. No caso de convidado é acrescido o valor de R\$ 20 a diária, por pessoa.

As entradas ocorrem a partir das 18 horas e saída, também, às 18 horas. O sindicato solicita o máximo de atenção com esses horários, para não atrasar a limpeza e organização dos quartos para o próximo período.

Mais informações no site do Sindijus-PR.

PROCESSO cálculos individuais referentes a década de 90 serão anexados na ação

Aposentados e pensionistas que tiveram descontos indevidos do antigo IPE

Na década de 90 o Instituto de Previdência do Estado (IPÊ), realizou descontos indevidos nos benefícios e pensões dos servidores do Judiciário. O Sindijus-PR sempre atuando na defesa dos seus filiados ajuizou uma ação Declaratória de Inexigibilidade de Contribuição e Descontos Cumulada com a condenatória de restituição, sob número 41.224/99 na 2ª Vara da Fazenda Pública.

Essa ação tramitou durante vários anos, a sentença reconhecendo o direito dos servidores e condenando o Estado e a ParanaPrevidência (litisconsorte) a devolver os valores indevidamente descontados foi proferida em outubro de 2006. Vários recursos foram interpostos pelo Estado. Finalmente, agora, o Sindijus-PR vai executar os valores que devem ser restituídos aos seus filiados.

O Sindijus-PR adverte que a ação be-



ParanaPrevidência, o antigo IPE

neficia os representados pela entidade, seus filiados, nos nossos registros existem alguns servidores que não estão filiados a entidade mas que têm direito a restituição.

Para instruir o processo de execução serão necessários os cálculos dos valores individuais. Esses cálculos devem ser feitos por peritos, com alto custo. O Sindijus-PR está estudando uma forma que fique menos onerosa. Após a decisão sobre o custo e forma de pagamento desses cálculos, o Sindicato se responsabilizará pelos cálculos apenas dos servidores e pensionistas filiados a entidade.

Dessa forma, aqueles servidores aposentados e pensionistas que sofreram os descontos indevidos no final da década de 90 pelo antigo IPÊ e não estão filiados a entidade, devem manter contato com o Sindijus-PR pelo telefone (41)3075-5555 e falar com a funcionária Jennifer.

Deputado André Vargas, a pedido do Sindijus-PR, conduzirá a votação da PEC 190

No dia 13 de junho, aconteceu o Seminário em comemoração aos dez anos do PT no governo federal, realizado em Pinhais, região metropolitana de Curitiba. A capital foi a quinta cidade a receber o seminário "O Decênio que Mudou o Brasil" e, até o fim do ano, haverá 10 encontros.

Na oportunidade o diretor do Sindijus-PR, Mário Cândido de Oliveira conversou com o deputado federal André Vargas, que conduzirá os trabalhos da Câmara na próxima semana – a respeito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC190/07), com a finalidade conven-

cer os parlamentares para que a proposta seja votada imediatamente.

André Vargas declarou o seu apoio à PEC190 que visa à criação de estatuto único para os servidores do Judiciário Estadual e Federal. "Farei de tudo para colocar a PEC como primeiro item na Pauta da Ordem do Dia na semana que vem, entre 17 a 21 de junho", disse.

O Sindijus-PR junto com outras entidades do judiciário brasileiro não mediu esforços para que a proposta seja aprovada na Câmara Federal. A luta ainda continua, pois a PEC também terá que ser aprovada pelo Senado.



Deputado federal André Vargas e o diretor do Sindijus-PR, Mário Cândido

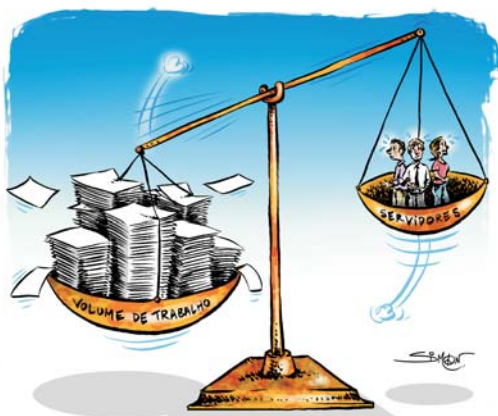
DIFICULDADES na execução de serviços pela falta de estrutura

Sindijus-PR adverte sobre excesso de trabalho

O Sindijus-PR vem percorrendo as diversas comarcas do Estado e cada vez mais constatando a situação precária que os servidores estão vivendo nos seus locais de trabalho. Para o coordenador-geral, José Roberto o excesso de trabalho nos fóruns, tem ocasionado o adoecimento de trabalhadores. “Há uma defasagem de servidores, uma necessidade urgente de abertura de novos concursos”, enfatizou.

Em Ponta Grossa o Sindijus-PR, após um relato dos servidores, constatou que principal demanda é em relação à falta de trabalhadores. A maior reclamação é que foram instaladas varas novas sem a estrutura necessária. Para os servidores, o volume de tarefas é superior ao quadro e a falta de estrutura torna impossível a realização do trabalho necessário durante o expediente.

Nas Varas e Secretarias Criminais as demandas aumentam todos os dias, é uma verdadeira “enxurrada” de ações, e diante das dificuldades apontadas, este fato



está contribuindo para o aumento da morosidade na prestação do serviço.

Porém, isso infelizmente não acontece só nesta comarca, a situação real do judiciário paranaense – na visão dos servidores – é que a defasagem de mão de obra faz com que levem trabalho para casa, o excesso de trabalho, a pressão constante, falta de condições físicas e estruturais para realização da atividade profissional,

aliada a falta de expectativa, está trazendo problemas de saúde, levando os servidores a procurarem tratamento médico, com problemas de natureza emocional e física.

Para o Sindijus-PR, o Tribunal de Justiça precisa tomar providências imediatas em relação ao 1º. Grau, para resolver a questão da falta de trabalhadores e os problemas de estrutura, isso é algo que o Sindicato defende desde a sua funda-

ção – valorização dos servidores.

Sem expectativa na carreira, cargos extintos à medida que vagarem excesso de serviço, condições precárias de trabalho, os servidores perderam também o maior valor que poderiam ter, a sua dignidade.

Segundo José Roberto, é necessário e urgente que o Tribunal faça um estudo no Judiciário Paranaense para verificar as reais condições de trabalho dos servidores e resolver os problemas, antes que o caos se instale. “Caso contrário, teremos uma estrutura engessada pela falta de recursos humanos e materiais”, completou.

Segundo pesquisas realizadas, o alto volume de trabalho e a falta de servidores são os principais entraves para o bom funcionamento da Justiça brasileira. E esse é o objetivo único do Poder Judiciário, uma prestação de serviço de qualidade à população.

de olho nas datas 

17 de junho

Dia do Funcionário Público Aposentado.

19 a 21 de junho

1ª Conferência Nacional de Educação da CUT em São Paulo aprofundará discussões sobre o PNE.

22 de junho

Acontece o Encontro dos Técnicos Cumpridores de Mandados. Atividade será na Sede do Sindijus-PR, em Curitiba. Os servidores discutir medidas para garantir estabilidade no cargo e a recente redução da gratificação pelo Tribunal de Justiça, além de outras dificuldades que atigem a categoria.

A atividade será a primeira a ser realizada no salão construído na Sede Urbana, que poderá abrigar assembleias e outros encontros depois de finalizada.

29 de junho

A Rede de Comunicação Colaborativa ComunicaSul viajará à Guatemala entre os dias 29 de junho e 7 de julho para dar visibilidade à onda de assassinatos de lideranças dos trabalhadores, à repressão e à perseguição às suas entidades.

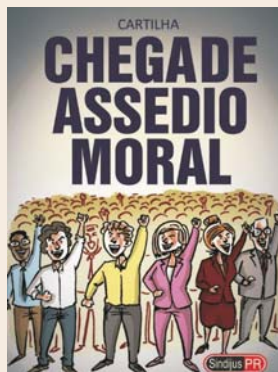
13 e 14 de julho

O Sindijus-PR realiza o II Encontro dos Escrivães para discutir o problema da categoria. A atividade está prevista para ser na Sede Litoral. Mais informações em breve.

ASSÉDIO MORAL PREOCUPA O SINDIJUS-PR

Este é um assunto muito delicado, pois envolve diretamente a vida pessoal e profissional dos servidores e também dos supostos assediadores. Recebemos inúmeras denúncias de assédio moral, principalmente praticados por magistrados que ingressaram recentemente na carreira. Em algumas situações atribui-se o suposto assédio a situação que o magistrado encontra na comarca.

Alguns casos como deficiência de servidores, estrutura totalmente precária e excesso de trabalho, acabam por gerar uma pressão sobre os trabalhadores, que



são cobrados diariamente, exigidos ao limite. Segundo informações repassadas ao Sindijus-PR, há casos em que o magistrado determinou ao servidor que permanecesse trabalhando no prédio do Fórum durante um feriado, sábado e domingo.

Preocupado com esse aumento, o Sindicato criou uma Cartilha para orientar os servidores, informando como enfrentar essa situação. Os interessados podem conhecer a Cartilha entrando em contato com o Sindijus-PR ou através do site imprimi-la pois está em PDF.